

# Corpos com deficiência performatizados na/pela língua(gem)

Bodies with disabilities performed in/by language

Bruno Alexandre SCAPOLAN\*

Juliana Prudente Santana do VALLE\*\*

**RESUMO:** A deficiência transcende uma condição física, mental, intelectual ou sensorial, impactando profundamente os âmbitos social, político e cultural. Apesar de avanços significativos em leis, políticas públicas e programas de conscientização, persistem barreiras enraizadas em atitudes, mentalidades e discursos capacitistas que limitam a plena inclusão das pessoas com deficiência. Esses preconceitos manifestam-se, frequentemente, na forma como os corpos são vistos e representados por não atenderem aos padrões estéticos normativos. Este artigo tem como objetivo discutir como os corpos com deficiência são performatizados pela linguagem, considerando-os como construções discursivas moldadas por termos e enunciados historicamente capacitistas. Os sujeitos são concebidos a partir de como seus corpos, aparentes ou não, são lidos e interpretados no discurso, em uma relação de poder que reforça a normatividade e a exclusão de corpos "defeituosos" ou "problemáticos". A análise busca compreender como a linguagem, atravessando os corpos nas relações discursivas, os performatiza em sua materialidade estética e em relação à língua. Nesse processo, a constituição do sujeito pela língua reflete as limitações impostas por barreiras sociais, retratando relações assimétricas de poder, onde aqueles que se consideram "normais" coisificam corpos desviantes como portadores de falhas. Ao mesmo tempo, reconhece-se a importância de esforços sociais para promover equidade e diversidade, ampliando também a reflexão sobre a necessidade de uma transformação na língua(gem) para que ela respeite e valorize as diferenças. A análise fundamenta-se em uma perspectiva discursiva de base bakhtiniana (Bakhtin, 2011), articulada à teoria da performatividade de Judith Butler (2000; 2020; 2021) e aos estudos críticos da deficiência. Dialoga-se também com contribuições de Millett-Gallant (2010; 2017), Hashiguti (2016) e Hashiguti e Magalhães (2009), que permitem compreender como os corpos com deficiência são performatizados estéticamente e simbolicamente na/pela língua(gem), em meio a relações de poder, normatividade e exclusão social. Adicionalmente, imagens foram escolhidas como ponto de partida para explorar a relação entre corpo, língua(gem) e performatização, destacando como os corpos são esteticamente objetificados e discursivamente constituídos, com base em categorias que perpetuam exclusões sociais. Assim, o artigo convida à reflexão sobre as transformações necessárias na língua(gem) e no olhar discursivo, ampliando o entendimento da deficiência como uma questão complexa que envolve não apenas mudanças estruturais, mas também discursivas e culturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capacitismo. Corpo. Discurso. Performatividade. Diferença.

\* Mestre em Estudos Linguísticos (UFU). Uberlândia, MG – Brasil. [scapolan@ufu.br](mailto:scapolan@ufu.br)

\*\* Mestre em Estudos Linguísticos (UFU). Uberlândia, MG – Brasil. [psvjuliana1@gmail.com](mailto:psvjuliana1@gmail.com)

**ABSTRACT:** Disability goes beyond a physical, mental, intellectual, or sensory condition, profoundly impacting social, political, and cultural spheres. Despite significant advancements in laws, public policies, and awareness programs, barriers rooted in ableist attitudes, mindsets, and discourses continue to hinder the full inclusion of people with disabilities. These prejudices often manifest in how bodies are perceived and represented for failing to conform to normative aesthetic standards. This article aims to discuss how disabled bodies are performatized through language, considering them as discursive constructions shaped by historically ableist terms and statements. Subjects are conceived based on how their bodies—visible or not—are read and interpreted within discourse, reinforcing power relations that perpetuate normativity and exclude “defective” or “problematic” bodies. The analysis seeks to understand how language, intersecting with bodies in discursive relations, performatizes them in their aesthetic materiality and in relation to language itself. In this process, the constitution of the subject through language reflects the limitations imposed by social barriers, portraying asymmetric power dynamics where those who consider themselves “normal” objectify deviant bodies as flawed. At the same time, the article acknowledges the importance of social efforts to promote equity and diversity, emphasizing the need for transformations in language to respect and value differences. The analysis is grounded in a discursive perspective based on Bakhtinian theory (Bakhtin, 2011), articulated with Judith Butler’s theory of performativity (2000; 2020; 2021) and critical disability studies. It also draws on the contributions of Millett-Gallant (2010; 2017), Hashiguti (2016), and Hashiguti and Magalhães (2009), which help to understand how bodies with disabilities are aesthetically and symbolically performatized in/by language, within power relations, normativity, and social exclusion. Additionally, selected images serve as a starting point to explore the relationship between body, language, and performatization, highlighting how bodies are aesthetically objectified and discursively constituted based on categories that perpetuate social exclusion. Thus, the article invites reflection on the necessary transformations in language and discursive perspectives, broadening the understanding of disability as a complex issue that demands not only structural changes but also discursive and cultural ones.

**KEYWORDS:** Ableism. Body. Discourse. Performativity. Difference.

Artigo recebido em: 25.01.2025

Artigo aprovado em: 28.06.2025

## 1 Introdução

A deficiência não é apenas uma condição em que uma pessoa precisa lidar com dificuldades causadas por uma questão física, mental, intelectual ou sensorial, uma vez que afeta, também, aspectos da vida social, política e cultural. Essa perspectiva contribuiu para o surgimento, nos países anglo-saxões, de uma disciplina dedicada ao estudo da deficiência em sua totalidade (Millet-Gallant, 2010).

As primeiras evidências de análise da vida política e social das pessoas com deficiência podem ser traçadas desde os anos 1970 e 1980, período que também abrange eventos relacionados a outros grupos sociais discriminados pela sociedade e pela cultura dominante, tais como mulheres, homossexuais, afro-americanos, entre outros (Millet-Gallant, 2010). O nascimento do movimento feminista e as suas primeiras reivindicações levaram a uma longa e ainda inacabada luta pela igualdade de gênero e foi tomado como exemplo pelos primeiros grupos sociais que foram vítimas de uma sociedade conservadora para reagir e lutar por seus próprios direitos (Watson; Vehmas, 2019).

Nos Estados Unidos, a ADA (*American with Disabilities Act*), promulgada em 1990, proibiu a discriminação contra pessoas com deficiência em locais públicos (Millet-Gallant, 2017). No Brasil, nesse mesmo período, importantes avanços legais e sociais começaram a consolidar os direitos das pessoas com deficiência. A Constituição Federal de 1988 representou um marco ao estabelecer a igualdade de direitos e a proibição de discriminação, sendo seguida pela criação da Lei nº 8.213/1991, que implementou cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho (Diniz *et al.*, 2009). Além disso, movimentos sociais ganharam força e contribuíram para a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão educacional, social e cultural, reforçando a necessidade de acessibilidade e respeito à diversidade (Diniz, 2007). Desse modo, os estudos sobre deficiência, juntamente com o movimento social e político pelos direitos das pessoas com deficiência, passaram a impulsionar projetos de inclusão social, política e cultural (Millet-Gallant, 2010).

Mesmo com os avanços, especialmente na vida social e cultural, ainda existe um longo caminho a ser percorrido, pois a dificuldade está na mudança de atitudes e mentalidades capacitistas. Por este motivo, os estudos sobre a deficiência e sua difusão são fundamentais, pois permitem um conhecimento muito amplo desta realidade em todos os seus aspectos sociais, políticos e culturais (Millet-Gallant, 2010).

Considerando a importância de compreender os discursos que reforçam mentalidades capacitistas, propomos, neste trabalho, analisar imagens relacionadas a pessoas com deficiência e como termos capacitistas são direcionados a seus corpos, performatizando-os na/pela língua(gem). Entendemos que “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (Bakhtin, 2011, p. 272), que refletem e refratam valores relacionados a um determinado grupo social, a valores sociais e humanos.

## 2 Modelos teóricos e discursos históricos sobre deficiência

Os estudos sobre deficiência consolidaram-se como um campo acadêmico significativo a partir do final do século XX, com uma proposta teórica e política que se distancia das perspectivas tradicionais centradas exclusivamente na medicina. Como destaca Millett-Gallant (2010), essa área do saber combina ativismo político com sociologia, análise cultural crítica, produção criativa e ciências biológicas, propondo uma abordagem mais complexa e sensível à vivência de pessoas com deficiência.

Nesse novo paradigma, o foco desloca-se do corpo como sede da anomalia para a sociedade como produtora de barreiras. Linton (1998) sublinha a importância de considerar a deficiência a partir de uma perspectiva sociocultural, argumentando que “o termo deficiência é uma peça fundamental em uma teia complexa de ideais sociais, estrutura institucional e políticas governamentais”<sup>1</sup> (p. 10, tradução nossa). Isso implica a necessidade de repensar conceitos naturalizados e revisar a língua(gem) que os sustenta.

Durante muito tempo, o modelo médico-hegemônico prevaleceu na compreensão da deficiência. De acordo com Millett-Gallant (2010), esse modelo vê a deficiência como um defeito a ser corrigido, uma doença a ser curada, a ser prevenida. A medicalização implica não apenas intervenções físicas, mas também a tentativa

---

<sup>1</sup> Disability is a key term in a complex web of social ideals, institutional structures, and government policies.

simbólica de apagar o que é considerado imperfeito ou disfuncional. Como salienta Siebers (2001), o que nos assusta sobre o corpo deficiente é a dor, a falta, e é essa percepção que sustenta práticas sociais de compaixão, marginalização ou exclusão. Eisenhauer (2007) também contribui para essa discussão ao apontar como o corpo com deficiência é continuamente inserido em um ideal de corpo perfeito, sem dor e funcional, reproduzido pela medicina e reforçado pelos meios de comunicação. Essa lógica não permite espaço para a diversidade corporal, promovendo a invisibilização da deficiência como parte da experiência humana.

Em resposta a esse paradigma, emerge o modelo social da deficiência, fundamentado nas lutas políticas das décadas de 1960 e 1970. O grupo britânico *Union of Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), com figuras como Paul Hunt e Vic Finkelstein, teve papel decisivo nesse processo. Conforme Shakespeare et al. (2006), foi esse grupo que primeiro falou sobre a diferença entre deficiência e incapacidade<sup>2</sup> e chamou atenção para as formas de opressão estrutural enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

Diferentemente do modelo médico, o modelo social considera a deficiência como construção social. Trata-se de uma perspectiva que valoriza o contexto em que os sujeitos estão inseridos, e não apenas suas características corporais. Conforme a abordagem de Millett-Gallant (2010), o modelo social intervém não para mudar o corpo deficiente, mas para revolucionar a realidade social e política que marginaliza esses corpos.

A mudança terminológica que acompanha esse movimento é igualmente significativa. Um exemplo importante é a adoção do termo *ableism*, traduzido como capacitarismo, que nomeia a discriminação contra pessoas com deficiência. Tal termo

---

<sup>2</sup> Shakespeare et al. (2006) apontam que o UPIAS foi pioneiro ao propor uma distinção conceitual entre deficiência física (impairment) e opressão social (disability), o que marcou uma virada no campo dos estudos sobre deficiência.

estabelece paralelos com formas já reconhecidas de exclusão, como o racismo, o sexismo e a homofobia.

Diniz (2007) observa que, embora o termo "handicap"<sup>3</sup> tenha sido abandonado pela Organização Mundial da Saúde nos anos 1990, ele ainda é usado de forma ofensiva e equivocada, mantendo vínculos com uma visão negativa da deficiência. A OMS, preocupada com a atualização da terminologia, publicou em 1980 a *International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps* (ICIDH), com o objetivo de esclarecer a diferença entre três conceitos: *impairment* (deficiência), *disability* (incapacidade) e *handicap* (desvantagem social). Amiralian (2000) explica que *impairment* refere-se à perda de uma função fisiológica, anatômica ou psicológica; *disability* está relacionada à incapacidade de realizar atividades tidas como normais; e *handicap* refere-se às barreiras sociais impostas ao indivíduo.

Esses termos são centrais na análise dos discursos sobre deficiência. Linton (1998) argumenta que a condição da pessoa com deficiência torna-se mais relevante do que buscar meios para intervir nos processos sociais que vive. Assim, a deficiência é frequentemente percebida como um drama pessoal, ignorando-se os fatores sociais que contribuem para a exclusão.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) adota essa concepção ampliada. Em seu artigo 2º, define-se a pessoa com deficiência como aquela que tem

impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

---

<sup>3</sup> O termo handicap foi utilizado pela OMS na década de 1980 para designar desvantagens sociais associadas à deficiência, mas caiu em desuso por seu caráter estigmatizante e por reforçar uma visão negativa da pessoa com deficiência. Foi oficialmente substituído na Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) de 2001 (Diniz, 2007).

Essa definição evidencia o papel das barreiras, sejam arquitetônicas, atitudinais ou comunicacionais, na produção da exclusão.

Nesse sentido, a língua(gem) emerge como elemento central na construção da deficiência. Butler (2020) defende que os corpos são constituídos por meio dos discursos que os nomeiam, e que o que pode ser dito sobre o corpo contribui para o modo como ele pode ser vivido. Assim, a deficiência não é apenas uma condição física, mas uma posição discursiva. Hashiguti e Magalhães (2007, p. 162) reforçam esse argumento ao afirmar que “um corpo pode ser bonito, obeso, magro, normal ou estranho a partir do olhar. O olhar aqui não é a capacidade da visão, mas o gesto de interpretação opticamente possível no discurso”.

A repetição de enunciados capacitistas colabora para a naturalização da exclusão. Hashiguti (2016, s/p) observa que, “ao nível do visível, assim como no discursivo, quanto mais repetido um sentido, uma forma, mais ele/ela se torna regular, implícito, constituindo memória e sentidos de verdade e representação”. Nesse processo, a deficiência é reiteradamente tratada como falha, como insuficiência, como algo a ser superado ou corrigido.

Expressões como “tão bonita, mas é surda” ou “não parece ser surdo” são exemplos de como o discurso capacitista atua na performatização da deficiência como tragédia ou limitação. Santana (2005) contrapõe essa visão ao afirmar que a surdez deve ser compreendida como diferença, e não como patologia. O autor defende o reconhecimento da identidade surda, uma cultura surda e uma comunidade surda, deslocando o foco da deficiência para a afirmação identitária.

A performatividade da língua(gem) nesse contexto é explorada por Pinto (2007, p. 7), que, ao retomar a Teoria dos Atos de Fala de Austin, destaca que “as estruturas linguísticas características dos enunciados performativos não operam por si sós; elas necessitam de um contexto, de convenções ritualizadas para realizarem seu efeito”. Essa perspectiva evidencia que não é apenas o conteúdo da fala que importa, mas também o contexto em que ela é proferida e as relações de poder envolvidas.

Rajagopalan (2007, p. 16) também contribui para esse debate ao afirmar que “a língua(gem) constitui-se em importante palco de intervenção política, onde se manifestam as injustiças sociais pelas quais passa a comunidade em diferentes momentos da sua história e onde são travadas as constantes lutas”. É nesse palco que os sujeitos com deficiência lutam pela redefinição dos sentidos que circulam sobre seus corpos e suas existências.

A concepção moderna da deficiência, conforme Diniz (2007, p. 8), foi construída no século XVIII como uma variação do normal da espécie humana. Desde então, “ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma”. Essa norma, por sua vez, é construída socialmente, reforçada por práticas discursivas e representações simbólicas que moldam o que é aceitável ou não.

Portanto, os estudos sobre deficiência não se limitam à descrição de condições corporais, mas propõem uma análise crítica das estruturas sociais e discursivas que produzem exclusão. Compreender essa complexidade é importante para promover transformações efetivas, tanto no plano das políticas públicas quanto nas práticas educacionais e comunicacionais. Ao substituir o olhar clínico por um olhar político, ressignifica-se a deficiência como parte da diversidade humana e rompe-se com os discursos que a tratam como erro, falha ou insuficiência.

### **3 Corpus e procedimentos de análise**

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, com filiação teórico-metodológica ancorada nos estudos discursivos de orientação bakhtiniana, na teoria da performatividade de Judith Butler e nos estudos sobre corpo e deficiência a partir de uma perspectiva discursiva crítica. A partir da noção de dialogismo proposta por Bakhtin (2011), entendemos que todo enunciado é constituído em uma cadeia histórica de discursos, refletindo e refratando valores sociais. Butler (2000; 2020; 2021), por sua vez, permite compreender como os corpos são performativamente

constituídos por práticas discursivas reiteradas, que normatizam identidades e operam exclusões.

Complementarmente, os estudos de Millett-Gallant (2010; 2017) contribuem para uma análise crítica da representação estética da deficiência, evidenciando como os discursos visuais e artísticos também produzem e sustentam normatividades corporais. Já Hashiguti (2016) e Hashiguti e Magalhães (2009) fundamentam a compreensão do corpo como materialidade do/no discurso, operando como condição de produção de sentidos. Esses aportes articulam-se para analisar a forma como a linguagem constrói os corpos com deficiência como lugares de déficit, exclusão ou resistência simbólica.

O *corpus* da pesquisa é composto por cinco recortes discursivos: três postagens em redes sociais digitais (Instagram e Facebook) e duas peças de uma campanha institucional promovida pelo Governo do Estado do Espírito Santo. Esses materiais foram selecionados com base em critérios como centralidade da deficiência na representação, circulação pública, engajamento, natureza discursiva e relevância temática. O recorte temporal vai de dezembro de 2021 a abril de 2023. A articulação entre mídias digitais e campanhas institucionais possibilita observar como diferentes esferas sociais produzem, reproduzem ou tensionam discursos capacitistas.

A análise buscou responder às seguintes questões: de que forma os discursos capacitistas se manifestam nas práticas digitais e institucionais? Como o corpo com deficiência é discursivamente construído nesses espaços? E de que maneira discursos aparentemente inclusivos podem reproduzir exclusões simbólicas?

Os conceitos operatórios mobilizados para essa investigação incluem: enunciado, alteridade, dialogismo e performatividade. Esses conceitos foram importantes para descrever os dados, identificar os discursos em jogo e interpretar as tensões de sentido presentes nos materiais. Mais do que descrever representações, busca-se refletir sobre os modos de funcionamento discursivo que performatizam os

corpos com deficiência, projetando caminhos possíveis para a ressignificação simbólica e social desses sujeitos.

#### 4 Capacitismo Cotidiano: a exclusão de corpos pelo discurso

Na primeira imagem, retirada da rede social Instagram da página @visurdo, Tainá Borges, que é surda, faz uma crítica a enunciados capacitistas frequentemente usados para se referirem a pessoas com deficiência. Um exemplo emblemático é o comentário destacado por ela: “Nossa, tão linda, pena que é surda.”

Figura 1 – Taina Borges.



Fonte: Instagram<sup>4</sup>.

Nesse enunciado, a surdez é tratada como um fator que anula ou diminui a beleza, demonstrando como corpos com deficiência são excluídos do padrão estético hegemônico. A ideia de beleza, nesse contexto, está atrelada a corpos considerados “inteiros” e “funcionais”, o que evidencia a discriminação enraizada nos discursos sociais.

<sup>4</sup> [https://www.instagram.com/reel/CGAkR-psdl/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link](https://www.instagram.com/reel/CGAkR-psdl/?utm_source=ig_web_copy_link)

Observa-se que termos como “pena” estão diretamente ligados à perpetuação de ideias capacitistas historicamente cristalizadas. De acordo com Bakhtin (2011, p. 294), “a linguagem conserva e expressa as ideias dominantes de uma época, reproduzindo tradições e valores em formas verbalizadas”. Nesse sentido, expressões capacitistas funcionam como marcas de discursos sociais que mantêm a exclusão e reforçam visões paternalistas sobre as pessoas com deficiência.

Além disso, Goodley (2014) destaca que o capacitismo opera como um discurso estrutural, reproduzido pela linguagem cotidiana, que desumaniza ao reduzir a identidade das pessoas com deficiência a algo inferior ou deficitário. Essa crítica se torna ainda mais relevante quando analisamos como palavras como “pena” carregam um peso simbólico que deslegitima a individualidade e reforça narrativas assistencialistas. Butler (2021) também nos ajuda a compreender como a língua(gem) não apenas reflete preconceitos, mas os performa e os constitui no tecido social. Assim, termos cristalizados na língua(gem) cotidiana sustentam práticas de exclusão, legitimando desigualdades e contribuindo para a manutenção de barreiras simbólicas e materiais.

Na outra imagem apresentada abaixo, são destacados enunciados capacitistas que se tornaram historicamente comuns no cotidiano, evidenciando como a língua(gem) carrega discursos que reforçam a discriminação e a exclusão de pessoas com deficiência. Butler (2021) defende que a identidade é performativamente constituída por meio de ações e discursos repetidos, o que faz com que certas ideias e práticas, mesmo sendo construções sociais, passem a ser percebidas como naturais. Assim, expressões como “aleijado”, “retardado”, “mudinho”, entre outras, perpetuam uma visão estigmatizada da deficiência, reduzindo os indivíduos a suas características físicas ou funcionais.

Figura 2 – Parem o Capacitismo.

Fonte: Facebook<sup>5</sup>.

Esses termos não apenas carregam preconceitos, mas também reforçam uma relação de poder entre quem se considera “normal” e aqueles que são vistos como fora dos padrões estabelecidos. Como aponta Assolini (2008, p. 124), “os processos discursivos são a fonte dos efeitos de sentido, e a língua é o lugar material em que esses efeitos se realizam”. Nesse sentido, as pessoas com deficiência são frequentemente nomeadas a partir de suas características corporais, como se sua existência fosse definida apenas por aquilo que falta ou que foge à norma.

A mesma lógica presente na fala de Tainá Borges se repete em expressões como: “Tão deformado, como conseguiu casar-se com uma mulher tão bonita?”, que reforçam a ideia de que corpos fora da norma não têm espaço para vivências afetivas ou para serem vistos como desejáveis. Essa reflexão é aprofundada por Hashiguti e Magalhães (2007), que abordam o corpo como uma forma material do discurso. Para

<sup>5</sup> <https://www.facebook.com/surdezemfoco/photos/%EF%B8%8Fparem-o-capacitismo-%EF%B8%8Fpessoas-com-defici%C3%A7Ancia-merecem-respeito-e-acessibilidadep/2631323023750135/>

as autoras, o corpo, tal como a língua, é constituído em um jogo de significações que carrega dimensões biofísicas e discursivas. Assim, corpos com deficiência são marcados por narrativas que os atravessam, sendo definidos e, muitas vezes, limitados por essas representações discursivas.

O que precisa ser questionado são os discursos que classificam e limitam os corpos com deficiência, e não esses corpos. Surge, então, a pergunta: se é surda, deixa de ser linda? Ou, para ser linda, é necessário não ser surda? Um corpo que utiliza cadeira de rodas ou que é cego está automaticamente excluído de qualquer padrão de beleza? Essas questões nos convidam a refletir sobre como os padrões estéticos e as estruturas sociais perpetuam exclusões, colocando a deficiência como incompatível com a beleza, o desejo e a normatividade.

As imagens apresentadas a seguir simbolizam uma ruptura com padrões estéticos normativos ao colocar corpos reais e seus equivalentes em manequins como protagonistas de uma campanha que busca ressignificar a percepção sobre a deficiência. Esses manequins, inspirados em corpos com deficiência, tornam visível aquilo que historicamente foi invisibilizado pela sociedade e pela moda: a diversidade corporal. A ação, realizada em Zurique, dialoga diretamente com iniciativas como o projeto “Moda em Rodas”, da jornalista Heloisa Rocha, que afirma: “Roupas são feitas para vestir todos os corpos.” Essa perspectiva desafia a hegemonia capacitista que molda práticas discursivas e materiais, evidenciando que os corpos não devem ser moldados para caber nas normas, mas que as normas é que precisam se adaptar à multiplicidade de corpos.

Portanto, a desconstrução de discursos capacitistas passa pelo reconhecimento de que as identidades e vivências das pessoas com deficiência são igualmente legítimas e devem ser representadas. Promover campanhas como essa é um passo significativo para questionar o que entendemos como “normalidade”, ressignificar a inclusão e impulsionar um imaginário coletivo mais justo e plural. Afinal, incluir não é apenas ajustar o existente, mas reimaginar todo o sistema.

Figuras 3 e 4 – Manequins.

Fonte:<sup>6</sup>.

Os corpos marginalizados — sejam de pessoas com deficiência, negras ou de outras nacionalidades — tornam-se determinantes nas produções de sentido e são frequentemente interpretados em sua fisicalidade, sendo performatizados pela língua(gem) em termos capacitistas ou racistas. Como argumenta Butler (2000, p. 2), “a performatividade deve ser compreendida não como um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e situacional pela qual o discurso produz os discursos que ele nomeia.” Esses corpos, ao serem constantemente reiterados por

---

<sup>6</sup> Manequins inspirados em pessoas com deficiência são colocados em vitrines na Suíça. <https://www.ricardoshimosakai.com.br/manequins-inspirados-em-pessoas-com-deficiencia-sao-colocados-em-vitrines-na-suica/>. Acesso em: 23 de janeiro de 2024. Vídeo da campanha disponível em: [youtube=http://youtu.be/E8umFV69fNg](http://youtu.be/E8umFV69fNg)

práticas discursivas, são transformados em objetos de interpretação, condicionados por narrativas que refletem e reforçam desigualdades históricas.

Essa dinâmica discursiva torna-se ainda mais evidente ao analisarmos expressões capacitistas como “desculpa de aleijado é muleta”, “mais perdido que cego em tiroteio”, “tão jovem, pena que tem problema” e “ele é mongoloide”. Essas frases, aparentemente banais, carregam uma carga simbólica que naturaliza preconceitos e reduz as pessoas com deficiência a estereótipos de incapacidade ou fragilidade. Quando comparadas a expressões racistas como “a coisa tá preta”, “serviço de preto” ou “preto de alma branca”, percebemos uma semelhança estrutural: ambas refletem um construto histórico que desumaniza e exclui determinados corpos de um ideal normativo, moldando imaginários sociais que sustentam sistemas de opressão, como os evidenciados nesta última imagem.

Figura 5 – Novembro Negro.



Fonte<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Disponível em:

[https://sedh.es.gov.br/Media/Sedh/\\_Profiles/c4d8c6e6/9f9872ca/Novembro%20Negro%20\(7\).png?v=638721663719659150](https://sedh.es.gov.br/Media/Sedh/_Profiles/c4d8c6e6/9f9872ca/Novembro%20Negro%20(7).png?v=638721663719659150). Acesso em: 24 jan. 2025.

Hashiguti e Magalhães (2007) complementam essa análise ao apontarem que os corpos funcionam como condição de produção e materialidade no discurso, constituindo-se em “uma dimensão imaginária – que possibilita o surgimento de uma unidade de identidade do sujeito na relação imaginária estabelecida com outros sujeitos no discurso”. Essa dimensão imaginária cria categorias que objetificam os corpos em relação a seus elementos estéticos, limitando suas possibilidades de existência ao enquadrá-los em narrativas pré-estabelecidas.

Entretanto, esses mesmos corpos resistem. Ainda que objetivados discursivamente, lutam diariamente por seus direitos e, em muitos casos, conseguem subverter os significados que lhes são atribuídos, ocupando espaços que historicamente lhes foram negados. A ressignificação desses corpos e a luta por reconhecimento evidenciam que a linguagem, embora usada como ferramenta de opressão, também pode ser transformada em instrumento de resistência e emancipação.

A partir dessas reflexões, é possível perceber como a língua(gem) não apenas reflete, mas também constrói e legitima relações de poder. Os discursos capacitistas e racistas revelam que a opressão não se dá apenas em ações concretas, mas também nos modos de falar e interpretar os corpos. Para superar essas práticas, é necessário desnaturalizar essas expressões e ressignificar a relação entre língua, corpo e identidade. Assim, criar um imaginário coletivo mais inclusivo exige a transformação tanto do discurso quanto das práticas sociais, de modo que todos os corpos sejam reconhecidos em sua pluralidade, dignidade e humanidade.

## 5 Considerações finais

As reflexões apresentadas neste estudo demonstram como os discursos capacitistas e racistas, ao longo da história, consolidaram práticas de exclusão que objetificam determinados corpos, impondo-lhes limites sociais e simbólicos. Tais discursos, sustentados e perpetuados pela linguagem, tornam-se naturalizados a

ponto de se incorporarem ao imaginário coletivo, criando uma estrutura de opressão que afeta profundamente as dinâmicas de inclusão e reconhecimento de direitos.

Nesse contexto, as expressões analisadas, sejam capacitistas ou racistas, não são meras palavras, mas dispositivos que carregam camadas de historicidade e significados que reforçam desigualdades. Assim como Butler (2000), Hashiguti e Magalhães (2007) sugerem, a repetição de práticas discursivas cria e legitima realidades que excluem e marginalizam. Ao comparar os discursos que atingem corpos com deficiência e corpos negros, percebemos que ambos são alvos de uma mesma lógica opressora, que hierarquiza corpos e subjetividades com base em normas idealizadas de perfeição, funcionalidade e pertencimento.

Porém, como evidenciado, esses corpos não permanecem inertes sob o peso desses discursos. Pelo contrário, têm resistido e ressignificado suas existências, rompendo com narrativas limitantes e reivindicando espaços antes negados. Campanhas inclusivas, como as retratadas no artigo, mostram que é possível transformar as percepções sociais, promovendo não apenas a visibilidade, mas a valorização da pluralidade corporal e identitária.

Conclui-se, portanto, que a superação dessas práticas opressoras requer um esforço coletivo para desconstruir discursos que naturalizam a exclusão e para criar condições de produção discursiva que reconheçam a dignidade de todos os corpos. Mais do que uma mudança na linguagem, é necessário promover uma transformação cultural que envolva ações educativas, políticas públicas e engajamento social. Reconhecer a historicidade das opressões não é suficiente; é preciso construir novas histórias que celebrem a diversidade e promovam a justiça social, permitindo que todos os corpos, em suas singularidades, sejam vistos como legítimos e dignos de inclusão.

## Referências

ASSOLINI, F. E. P. Análise discursiva dos saberes e fazeres pedagógicos de professores do ensino fundamental. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 52, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1470>.

BAKHTIN, M. M . **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. 476 p.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições, 2020.

BUTLER, J. **Excitable speech**: A politics of the performative. Londres: Routledge, 2021. DOI <https://doi.org/10.4324/9781003146759>

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. 89 p. Disponível em: <https://bds.unb.br/handle/123456789/513>.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, p. 64-77, 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>

EISENHAUER, J. Just looking and staring back: Challenging ableism through disability performance art. **Studies in Art Education**, v. 49, n. 1, p. 7-22, 2007. DOI <https://doi.org/10.1080/00393541.2007.11518721>

GOODLEY, D. **Dis/ability studies**: Theorising disablism and ableism. Londres: Routledge, 2014. DOI <https://doi.org/10.4324/9780203366974>

HASHIGUTI, S. T. Corpos e formas (in) visíveis: entre a regularização e a ruptura de sentidos. **Arte e Diversidade. Trilogia Travessia da Diversidade**. Campinas: Pontes, v. 3, p. 83-96, 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/84485886/Corpos\\_e\\_formas\\_in\\_vis%C3%ADveis\\_entre\\_a\\_regulariza%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_a\\_ruptura\\_de\\_sentidos\\_1](https://www.academia.edu/84485886/Corpos_e_formas_in_vis%C3%ADveis_entre_a_regulariza%C3%A7%C3%A3o_e_a_ruptura_de_sentidos_1).

HASHIGUTI, S.; MAGALHÃES, R. O corpo como materialidade do/no discurso. **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, p. 161-168, 2009.

LINTON, S. **Claiming disability: Knowledge and identity**. Nova York: New York University Press, 1998. DOI <https://doi.org/10.1080/09687599826588>

MILLETT-GALLANT, A. **The disabled body in contemporary art**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2010. DOI <https://doi.org/10.1057/9780230109971>

MILLETT-GALLANT, A. **Disability and art history**. Nova York: Routledge, 2017. DOI <https://doi.org/10.4324/9781315440002>

PINTO, J. P. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 23, p. 1-26, 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-44502007000100001>

RAJAGOPALAN, K. Por uma lingüística crítica. **Línguas & Letras**, v. 8, n. 14, p. 13-20, 2007.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 565-582, 2005. DOI <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200013>

SHAKESPEARE, T. *et al.* The social model of disability. **The disability studies reader**, v. 2, n. 3, p. 197-204, 2006.

SIEBERS, T. Disability in theory: From social constructionism to the new realism of the body. **American literary history**, v. 13, n. 4, p. 737-754, 2001. DOI <https://doi.org/10.1093/alh/13.4.737>

WATSON, N.; VEHMAS, S. Disability studies: Into the multidisciplinary future. In: **Routledge handbook of disability studies**. Nova York: Routledge, 2019. p. 3-13. DOI <https://doi.org/10.4324/9780429430817-1>